

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 4ª edição</i>	15
<i>Siglas e abreviaturas</i>	19

TÍTULO I

ORIGENS, CONCEITO E VALOR DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 1

ORIGENS

1. Antecedentes	39
2. A Lei n. 7.347/85	42
3. Mecanismos investigatórios fora do inquérito civil	43
4. A legislação subsequente	44

CAPÍTULO 2

CONCEITO E VALOR

1. Conceito de inquérito civil	45
2. Peças de informação e procedimentos preparatórios	47
3. Natureza jurídica	47
4. Função institucional ou instrumento de atuação?	48
5. Inquérito civil e inquérito policial	48
6. Dispensabilidade	49
7. Prazo de conclusão	51
8. Valor da prova indiciária	51
9. Crítica ao instrumento	53

TÍTULO II
INSTAURAÇÃO DO
INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 3
A INSTAURAÇÃO

1.	Generalidades	59
2.	Fases do inquérito civil	60
3.	As formalidades de instauração.....	61
4.	O direito de petição	62
5.	Finalidades do inquérito civil.....	64
6.	O inquérito civil e a privacidade do indiciado	65
7.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal	65

CAPÍTULO 4
COMPETÊNCIA

1.	O local do dano.....	67
2.	Competência absoluta.....	68
3.	Os paradoxos da Lei n. 9.494/97	69
4.	Interesse da União e de vários Estados	71
5.	Disputa sobre direitos indígenas.....	73
6.	A autoridade competente para a instauração do inquérito civil ..	74
7.	A instauração do inquérito civil sob a Lei de Improbidade Administrativa	77
8.	Cartas precatórias.....	79
9.	Conflitos entre membros do Ministério Público	80
10.	Conclusões	80

CAPÍTULO 5
IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

1.	Distinções.....	81
	a) Generalidades	81
	b) Impedimentos	81
	c) Suspeição	81
2.	Impedimento e suspeição nos inquéritos civis	82
	a) Interesses transindividuais.....	82
	b) Arquivamento do inquérito civil.....	83

c) Conversão em diligência.....	85
d) Aconselhamento às partes.....	86
e) Tomada de compromisso de ajustamento	88
3. Arguição do impedimento ou da suspeição.....	88

CAPÍTULO 6

MODO DE INSTAURAÇÃO

E OBJETO

1. A instauração.....	91
2. A provocação para instaurar o inquérito civil	94
3. Delação anônima e notícias da imprensa.....	98
4. O objeto do inquérito civil.....	100
5. Investigações do Ministério Público para fins penais.....	103
6. Controle administrativo de cláusulas contratuais	106
7. A inconstitucionalidade de leis em tese	108
8. A investigação de direitos.....	112
9. Lesões a interesses transindividuais.....	113
10. Lesões a interesses individuais homogêneos	115
11. A discricionariedade administrativa	118
12. O controle do ato omissivo.....	119
13. A defesa do patrimônio público e social.....	120
14. O enriquecimento ilícito de administradores públicos.....	121
15. As lesões a contribuintes.....	123

CAPÍTULO 7

A NOTÍCIA DO FATO

A SER INVESTIGADO

1. O ilícito civil e o ilícito penal	127
2. A determinação do fato a ser investigado	128

CAPÍTULO 8

PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS

AO INQUÉRITO CIVIL

1. Procedimentos preparatórios.....	131
2. Peças de informação.....	135
3. Conclusão	137

CAPÍTULO 9

EFEITOS DA INSTAURAÇÃO

1. Generalidades 139
2. Óbice à decadência 140
3. Eficácia em juízo..... 141
4. Efeitos penais 142
5. As testemunhas e os indiciados..... 144
6. Os colegitimados..... 145
7. Diligências sem inquérito civil 146

CAPÍTULO 10

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES

1. Conflito entre membros do mesmo ramo do Ministério Público . 147
2. Conflitos entre membros de Ministérios Públicos diversos ... 148
3. Procedimento nos conflitos de atribuições..... 150
4. O alcance da decisão do conflito 151

TÍTULO III

INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 11

COLETA DE INFORMAÇÕES

1. As provas em geral 155
2. Os indícios 159
3. Provas ilícitas..... 161
4. A busca da verdade real..... 162
5. Controle dos prazos..... 163
6. Retirada de autos..... 163

CAPÍTULO 12

PERÍCIAS E INSPEÇÕES

1. As perícias 165

2.	As inspeções	168
----	--------------------	-----

CAPÍTULO 13

NOTIFICAÇÃO, REQUISIÇÃO E CONDUÇÃO COERCITIVA

1.	Notificações	171
2.	Condução coercitiva	172
3.	Cartas precatórias	173
4.	Requisições	173
5.	O âmbito das requisições	176
6.	Forma da requisição ou da notificação	177
7.	Requisição de informações eleitorais e bancárias	177
8.	Requisições à autoridade policial	177
9.	Desatendimento à requisição	178
10.	Controle de legalidade	182

CAPÍTULO 14

PUBLICIDADE E SIGILO

1.	O princípio da publicidade na Administração	183
2.	As matérias sigilosas	184
3.	A publicidade e o inquérito civil	185
4.	O advogado e o sigilo no inquérito civil	190
5.	Requisições em matéria sigilosa	191
6.	O particular e o acesso à informação	194
7.	A privacidade do investigado	196
8.	A privacidade do denunciante	198

CAPÍTULO 15

O INVESTIGADO E O ADVOGADO NO INQUÉRITO CIVIL

1.	Generalidades	199
2.	É possível o contraditório no inquérito civil?	201
3.	Estratégia do advogado	204

TÍTULO IV
ARQUIVAMENTO
DO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 16
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

1. Generalidades 209
2. É constitucional o arquivamento do inquérito civil?..... 211
3. O arquivamento de quaisquer peças de informação..... 212
4. A fundamentação do arquivamento 212
5. A reabertura do inquérito civil já arquivado 214

CAPÍTULO 17
ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO

1. Generalidades 215
2. Paralelo com o inquérito policial 218
3. Quem provoca a revisão do arquivamento 221
4. Controle do arquivamento implícito 222

CAPÍTULO 18
ARQUIVAMENTO DE OUTROS
PROCEDIMENTOS ANÁLOGOS

1. Generalidades 223
2. O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da
Lei n. 7.347/85..... 225
3. O arquivamento de representações ou requerimentos 225
4. O sistema de controle analógico de arquivamento..... 227
5. Casos que não estão sujeitos à revisão colegiada 228

CAPÍTULO 19
O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE

1. A obrigatoriedade e a indisponibilidade na atuação do
Ministério Público 231
2. O arquivamento do inquérito civil e o princípio da
obrigatoriedade 232

3. A necessidade de exaurir a investigação 233

CAPÍTULO 20

CONTROLE DO ARQUIVAMENTO

1. Generalidades 235
 2. Inquéritos civis arquivados pelo procurador-geral 236
 3. A remessa do inquérito civil ao colegiado competente 236
 4. A falta grave 237
 5. Papel do colegiado competente 238

CAPÍTULO 21

TRAMITAÇÃO NO COLEGIADO COMPETENTE

1. A competência 239
 2. As providências prévias 240
 3. Os impedimentos 241
 4. A sessão pública de julgamento 242
 5. Tramitação dos recursos 243
 6. Os compromissos de ajustamento 243

CAPÍTULO 22

ARRAZOAMENTO PERANTE O COLEGIADO COMPETENTE

1. Arrazoamento pelas associações civis 245
 2. Arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros 247

CAPÍTULO 23

O PODER REGIMENTAL DO ÓRGÃO COLEGIADO

1. Matéria regimental 249
 2. Atribuição regimental exclusiva 250

CAPÍTULO 24

A DECISÃO DO COLEGIADO COMPETENTE

1. A deliberação 251

2. As qualidades do sistema de controle por um órgão colegiado... 254
3. A atuação consultiva do colegiado 255
4. Recomendações diversas..... 256

CAPÍTULO 25

A DESIGNAÇÃO

1. A designação em caso de rejeição do arquivamento..... 257
2. A designação em caso de conversão em diligência 257
3. A expedição do ato de designação 259
4. A delegação 261

CAPÍTULO 26

EFEITOS DO ARQUIVAMENTO

1. O arquivamento e os colegitimados..... 265
2. O arquivamento e o Ministério Público 266
3. A reabertura do inquérito civil..... 267
4. A quem compete reabrir o inquérito civil?..... 274

TÍTULO V

RECURSOS, CONTROLE DE LEGALIDADE

E NULIDADES NO INQUÉRITO CIVIL

CAPÍTULO 27

RECURSOS NO INQUÉRITO CIVIL

1. Generalidades 279
2. Recursos contra a instauração e a não instauração do inquérito civil 280
3. Normas regimentais 284

CAPÍTULO 28

CONTROLE DE LEGALIDADE

SOBRE A INSTAURAÇÃO

1. Controle de legalidade..... 287

2.	Competência jurisdicional para o <i>habeas corpus</i>	289
3.	Competência jurisdicional para o mandado de segurança e o <i>habeas data</i>	291
4.	Normas regimentais	291
5.	Conclusão	292

CAPÍTULO 29

CONTROLE DE LEGALIDADE E NULIDADES NA INSTRUÇÃO

1.	O controle de legalidade	293
2.	Nulidades	294

TÍTULO VI

COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

CAPÍTULO 30

O AJUSTAMENTO DE CONDUTA

1.	A possibilidade de transigir	297
2.	Antecedentes do compromisso de ajustamento	298
3.	A criação do compromisso de ajustamento	303
4.	A questão do veto ao compromisso de ajustamento	305
5.	Quem pode tomar o compromisso	310
6.	Quem pode obrigar-se	313
7.	Características do título	314
8.	Objeto	316
9.	Transações no curso do inquérito civil	317
10.	Compromissos preliminares	317
11.	Acordos em juízo	318
12.	Recomendações e Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo	319
13.	Dispositivos regimentais	322
14.	Revisão e rescisão do compromisso	323
15.	A questão terminológica	324

CAPÍTULO 31
EFEITOS DO COMPROMISSO
DE AJUSTAMENTO

1. Início da eficácia..... 327
2. A limitação da responsabilidade..... 330
3. A discordância dos interessados 330
4. A discordância dos terceiros lesados..... 334
5. A natureza do título executivo 334

CAPÍTULO 32
AS VEDAÇÕES AOS
COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO

1. Generalidades 337
2. A vedação contida na Lei de Improbidade Administrativa .. 339

TÍTULO VII
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RECOMENDAÇÕES

CAPÍTULO 33
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1. Generalidades 343
2. O objeto das audiências públicas..... 345
3. A designação de uma audiência pública 347
4. As providências preliminares 347
5. Quem pode participar da audiência 348
6. O desenvolvimento dos trabalhos..... 349
7. Conclusão da audiência pública 350
8. A avaliação da audiência pública 351

CAPÍTULO 34
RECOMENDAÇÕES

1. Generalidades 353
2. O procedimento para expedir recomendações 353

3. As normas locais..... 354
4. A natureza jurídica das recomendações..... 355

TÍTULO VIII
RESPONSABILIDADE DO
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 35
RESPONSABILIDADE CIVIL,
PENAL E ADMINISTRATIVA

1. A responsabilidade dos agentes públicos..... 361
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público..... 362
3. A atividade opinativa 363
4. A questão da responsabilidade por culpa 363
5. A ação de responsabilidade civil 364
6. A denúncia da lide 364
7. A responsabilização por medida provisória 364
8. Responsabilidade política 364
9. Conclusões..... 365

ANEXOS

LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 369
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (arts. 26 e 90 —
dispositivos do CDC que aludem ao inquérito civil) 375
3. Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (LC paulista
n. 734/93 — arts. 105-113, que aludem ao inquérito civil)..... 377

RESOLUÇÃO N. 23/07 do CNMP 381

NORMAS REGIMENTAIS 389

SÚMULAS 401

MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil 429
2. Convite para comparecimento..... 431

3.	Notificação	432
4.	Termo de declarações	433
5.	Solicitação (ou requisição) de certidão (ou documentos)	434
6.	Quesitos para perícias ambientais mais comuns.....	435
7.	Compromisso de ajustamento	437
8.	Promoção de arquivamento	439
9.	Cópia autêntica de peças do inquérito civil	441
10.	Petição inicial de ação civil pública	442
11.	Convocação para audiência pública	444
12.	Ata de audiência pública	447
	<i>BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA</i>	449
	<i>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</i>	457